

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Marque a alternativa incorreta:

- a) São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- b) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo se houver ordem judicial e dar-se para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.

2. Marque a alternativa correta:

- a) O direito de peticionar aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder depende do pagamento de taxa.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal independe do pagamento de taxa.
- c) Em razão da liberdade de religião podem os Estados, livremente, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
- d) Pertencem aos Estados as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.

3. Marque a alternativa incorreta:

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- b) O controle judicial da Administração Pública impede que se exclua da apreciação do Poder judiciário qualquer lesão ou ameaça a direito.
- c) Somente aquele cidadão que comprove estar em dias com suas obrigações eleitorais é assegurado, no âmbito judicial e administrativo, a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- d) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

4. Marque a alternativa incorreta:

- a) O Ministério Público brasileiro abrange o Ministério Público da União, formado pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e os Ministérios Públicos dos Estados.

b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis, e integra a estrutura do Poder Judiciário.

c) É vedado aos membros do Ministério Público receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais.

d) O Conselho Nacional do Ministério Público é órgão que faz o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, podendo inclusive receber reclamação contra seus serviços auxiliares.

5. Marque a alternativa incorreta:

a) São bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.

b) São bens dos Estados as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.

c) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.

d) Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, independente da existência de sigilo decretado por questão de segurança da sociedade e do Estado.

6. Marque a alternativa incorreta:

a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

b) O princípio da legalidade impõe ao servidor público que somente faça algo que a lei expressamente determina.

c) Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência é encargo atribuído exclusivamente ao Município.

d) Cabe à União, aos Estados e Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

7. Marque a alternativa incorreta:

a) Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

b) Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

c) Compete exclusivamente ao município promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

d) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, não podendo nela constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

8. Marque a alternativa incorreta:

a) É permitida a acumulação remunerada de uma função de confiança com um cargo em comissão no mesmo órgão desde que se observe os limites remuneratórios.

- b) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor desde que haja a compatibilidade de horários e se observe os limites remuneratórios.
- c) É permitida a acumulação remunerada de um cargo de professor com outro técnico ou científico desde que haja a compatibilidade de horários e se observe os limites remuneratórios.
- d) É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas desde que haja a compatibilidade de horários e se observe os limites remuneratórios.

9. Marque a alternativa incorreta:

- a) É garantido a todos o direito à propriedade, desde que seja observada a sua função social.
- b) É garantido a todos o direito à liberdade, desde que não haja situação de flagrante delito ou ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, determinante para ocorrer a prisão de determinada pessoa, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) É garantido a todos o direito à igualdade, mas para aqueles que comprovarem insuficiência de recursos o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita.
- d) O racismo é crime inafiançável e prescritível.

10. A Administração Pública deve pautar sua atuação pelos princípios da:

- a) pessoalidade e anualidade
- b) moralidade e precaução
- c) sigilosidade e legitimidade
- d) eficiência e publicidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONTABILIDADE PÚBLICA

11. Segundo a Lei 4.320/64 a organização da Contabilidade deverá permitir o conhecimento da composição patrimonial, cujas variações deverão estar evidenciadas no (as):

- a) Demonstrações do Resultado do Exercício, sejam resultantes ou independentes da execução orçamentária.
- b) Balanço Patrimonial do Órgão Público, decorrentes das variações dos resultados econômicos.
- c) Demonstração do Resultado Público, desde que resultantes ou dependentes da execução orçamentária.
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais, sejam resultantes ou independentes da execução orçamentária.

12. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa. Consideram-se recursos para esse fim, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço orçamentário do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

A opção correta em relação as afirmativas acima é:

- a) I, III estão corretas e II e IV estão incorretas.
- b) II está correta e as demais incorretas.
- c) I está incorreta e as demais corretas.
- d) Todas estão corretas.

13. Entende-se por superávit financeiro, para fins da Contabilidade Pública:

- a) A diferença negativa entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, considerando as operações de empréstimos vinculados.
- b) A diferença obtida pelos saldos bancários positivos, demonstrados nas demonstrações das variações patrimoniais ao final do exercício, que não estejam comprometidos com obrigações de restos a pagar.
- c) Os saldos decorrentes do Ativo menos o Passivo, descontados os valores empregados nos créditos suplementares e especiais.
- d) A diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

14. Em Contabilidade Pública, as variações patrimoniais podem ser classificadas em:

I - qualitativas ou permutativas: transações que modificam a qualidade ou a natureza dos componentes patrimoniais, sem repercussão no patrimônio líquido.

II – normativas ou legais: quando decorrentes de alterações produzidas pela nova legislação aplicável ao setor público, decorrentes das normas internacionais e que afetam o patrimônio público da entidade.

III - quantitativas ou modificativas: transações que implicam em alterações no patrimônio, com repercussão no patrimônio líquido.

Analisando as afirmativas acima, a opção correta é:

- a) A afirmativa II está incorreta.
- b) As afirmativas I e III estão incorretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

15. No Balanço Financeiro são evidenciados:

- a) O resultado financeiro ocorrido no ano, contabilizando-se os saldos de contas do exercício anterior e os saldos a serem utilizados no exercício seguinte.
- b) A receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
- c) A receita e a despesa financeira, e ainda os créditos em liquidação demonstrados nas contas de

Ativo Financeiro e Passivo Financeiro, excluindo-se as contas orçamentárias.

d) As contas decorrentes da execução financeira, como caixa bancos e outros direitos líquidos financeiros, pertencentes à Administração Pública, nos termos da Lei 4.320/64.

16. No Balanço Patrimonial Público deve ser demonstrado:

a) O Ativo Financeiro; Ativo Permanente; O Passivo Financeiro; Passivo Permanente; Saldo Patrimonial e as Contas de Compensação.

b) O Ativo Circulante; Ativo Não Circulante; Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e o Resultado do Exercício.

c) O Ativo Circulante; Ativo Não Circulante; Passivo Circulante, Passivo Não Circulante; o Resultado do Exercício e as Contas de Compensação.

d) O Ativo Circulante Financeiro; Ativo Não Circulante; Passivo Circulante Financeiro, Passivo Não Circulante; o Resultado do Exercício, o Saldo do Patrimônio e as Contas de Compensação.

17. Sob o enfoque patrimonial, a Despesa e a Receita constituem respectivamente:

a) Uma variação financeira negativa e uma variação financeira aumentativa.

b) Uma variação patrimonial diminutiva e uma variação patrimonial aumentativa.

c) Uma variação orçamentária positiva e uma variação orçamentária negativa.

d) Uma variação contábil de déficit e uma variação contábil de superávit.

18. O Patrimônio Público a ser evidenciado no Balanço Patrimonial de acordo com as normas técnicas aplicáveis ao setor público é estruturado da seguinte forma:

a) Em três grupos: Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços; Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços; Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

b) Em dois grupos: Ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços; Passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Não se utiliza o Patrimônio Líquido no caso do setor público.

c) Em quatro grupos: Ativos e Passivos que são recursos e obrigações controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do presente e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços ou cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade em saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços; Variações Ativas e Variações Passivas que retratam os déficits ou superávits financeiros e orçamentários do período.

d) Nenhuma das alternativas acima.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

19. Sobre a Auditoria Interna podemos dizer que compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente, e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

Observando o conceito acima de Auditoria interna, podemos afirmar que:

- a) A Auditoria Interna serve à Administração no sentido de prevenir contra riscos econômicos dos investimentos no setor privado.
- b) A Auditoria Interna tem o papel de auxiliar a Administração no atendimento de seus objetivos, compreendendo técnicas apropriadas para avaliação.
- c) A Auditoria Interna é responsável pela aprovação das contas do gestor público.
- d) A Auditoria Interna subsidia o Controle Externo, sendo dele dependente uma vez que a responsabilidade do auditor interno é limitada aos riscos internos da entidade a qual se destina.

20. Avalie as afirmativas abaixo sobre os papéis de trabalho e assinale a alternativa correta:

I - A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho.

II - Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtido no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.

III - Análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos não necessitam ter sua integridade verificada, quando forem anexados aos papéis de trabalho.

- a) Apenas a afirmativa II está correta.
- b) As afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas afirmativa III está incorreta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

21. O Planejamento da Auditoria Interna compreende:

- a) A verificação do ambiente de trabalho, dos acordos firmados pela administração pública, os procedimentos de auditoria aceitos pelas normas técnicas e as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
- b) Os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.
- c) O cronograma de trabalho, os serviços realizados estabelecidos nos processos e procedimentos e a amplitude dos trabalhos a serem desenvolvidos.
- d) Todas as etapas dos processos desenvolvidos pela administração pública.

22. De acordo com a metodologia do COSO II, foram introduzidas mudanças nas orientações do COSO I. Desde então, o Controle Interno é parte integrante do gerenciamento de riscos corporativos, e seus componentes integram:

- a) Ambiente interno; avaliação de riscos; atividade de controle; informações e comunicações;

monitoramento; e avaliação de riscos.

b) Fixação de objetivos; identificação de eventos e resposta a risco bem como o monitoramento das atividades.

c) Ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta a risco; atividade de controle; informações e comunicações; e monitoramento.

d) Ambiente interno; fixação de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta a risco; atividade de controle; informações e comunicações; e monitoramento.

23. A análise dos Riscos de Auditoria Interna deve ser feita na fase:

a) De emissão do relatório de Auditoria.

b) De planejamento dos trabalhos.

c) De estabelecimento do cronograma de trabalho.

d) Antes da emissão do parecer de Auditoria.

24. Sobre a Revisão das Demonstrações Contábeis, constituem princípios da ética profissional a serem observados pelos auditores:

a) Legalidade, clareza, zelo, fidelidade e ética, transparência, impessoalidade.

b) Discrição, autonomia funcional, tempestividade e organização, moralidade, discrição.

c) Lealdade, gentileza, urbanismo, diligência e cautela quanto às opiniões.

d) Integridade, objetividade, competência profissional e devido zelo, confidencialidade e comportamento profissional.

25. De acordo com a NBC T 12, aprovada pela Resolução nº 986 de 2003 que trata dos procedimentos de Auditoria Interna verificamos que são inclusos os testes de:

a) Substantivos e adjetivos.

b) Observância e substantivos.

c) Testes de aderência e de suficiência.

d) Auditoria e Análise objetiva.

26. O Procedimento de Auditoria que visa a obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da entidade é denominado de:

a) Observação.

b) Investigação e confirmação.

c) Inspeção.

d) substantivo.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

27. No Brasil, o processo pelo qual o orçamento e os demais fatos administrativos mensuráveis que afetam o patrimônio público são escriturados, utiliza-se o regime contábil denominado de:

a) Regime de Caixa.

b) Regime de Competência.

- c) Regime Misto.
- d) Regime de Segregação das Contas.

28. São atributos as características qualitativas que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Estão entre as principais:

- a) Legalidade, perfeição, razoabilidade e integridade.
- b) Compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.
- c) Mensurabilidade, onerosidade, interatividade e redução de custos.
- d) Economicidade, praticidade e integridade.

29. A ferramenta sugerida para melhorar a gestão estratégica e orçamentária dos entes da Administração Pública é o Balanced Scorecard (BSC). Trata-se de um método de planejamento e avaliação flexível que permite:

- a) Não se aplica ao setor público, uma vez que sua utilização enquanto ferramenta de gestão depende de legislação ainda não aprovada.
- b) Permite aumentar os resultados do setor público sob um enfoque privado.
- c) A mensuração de resultados não apenas financeiros, mas sob a visão integrada da estratégia, da missão, de aspectos relacionados com clientes, com processos internos e com o aprendizado e crescimento organizacional.
- d) A mensuração de resultados apenas financeiros, mas sob a visão integrada da estratégia, da missão, de aspectos relacionados com clientes, com processos internos e com o aprendizado e crescimento organizacional.

30. As Demonstrações financeiras exigidas das entidades, com base em sua escrituração mercantil, e de acordo com a Lei 6.404 (Lei das Sociedades Anônimas) são:

- a) Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido e Balanço Patrimonial.
- b) Balanço patrimonial; Demonstração das origens e aplicações de recursos; Demonstração do resultado do exercício e Fluxo de caixa.
- c) Balanço patrimonial; Demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração dos fluxos de caixa; e se companhia aberta, Demonstração do valor adicionado.
- d) Balanço patrimonial; Balanço social e Demonstração do resultado do exercício.

31. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Balanço deverá apresentar as contas classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. Esta correta a classificação do Balanço no item:

- a) Ativo circulante; Ativo realizável a longo prazo; Ativo Permanente; Passivo circulante; Passivo exigível a longo prazo e Patrimônio Líquido.
- b) Ativo circulante; Ativo permanente, Passivo circulante; Passivo permanente; e Patrimônio Líquido.
- c) Ativo circulante; Ativo de longo prazo; Passivo circulante; Passivo de longo Prazo e Patrimônio

Líquido dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulado.

d) Ativo circulante; Ativo não circulante composto por: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível; Passivo circulante; Passivo não circulante e Patrimônio Líquido.

32. As contas, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas, serão classificadas no ativo circulante do seguinte modo:

- a) Disponibilidades, estoques, direitos e resultados de exercícios seguintes.
- b) os valores financeiros do exercício, os direitos realizáveis e as despesas de exercícios futuros.
- c) Caixa, Bancos conta Movimento, Estoques, Direitos Realizáveis e Outros Estoques de Materiais.
- d) as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

33. Sobre a avaliação dos elementos do Passivo no Balanço, considere as afirmativas abaixo e assinale a opção correta.

I - as obrigações, encargos e riscos, conhecidos ou calculáveis, inclusive Imposto sobre a Renda a pagar com base no resultado do exercício, serão computados pelo valor atualizado até a data do balanço.

II - as obrigações em moeda estrangeira, com cláusula de paridade cambial, serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio em vigor na data do balanço.

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

- a) As afirmativas estão todas incorretas.
- b) As afirmativas estão todas corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está incorreta.
- d) Apenas a afirmativa I está correta.

Observe os dados contidos na representação do Balanço Patrimonial abaixo, para responder as questões 34 a 38.

Dados do Quadro 1:

Balanço Patrimonial da Cia Alpha. (apurado em 31.12.2011)

Ativo	2011	2010	Passivo	2011	2010
Circulante			Circulante		
- Disponibilidades	50.000,00	35.000,00	- Obrigações	70.000,00	25.000,00
- Estoques	40.000,00	20.000,00	- Contas a Pagar	20.000,00	10.000,00
- Direitos	110.000,00	5.000,00	- Empréstimos	10.000,00	5.000,00
Não Circulante			Patrimônio Líquido		
- Imobilizado	90.000,00	80.000,00	- Capital Social	100.000,00	100.000,00
- Intangível	10.000,00	10.000,00	- Lucros Acumulados	100.000,00	10.000,00
Total do Ativo	300.000,00	150.000,00	Total do Passivo	300.000,00	150.000,00

34. O índice de liquidez corrente da Cia Alpha de acordo com os dados indicados no quadro 1 para os exercícios de 2010 e 2011 respectivamente são:

- a) 2,0 e 1,5
- b) 1,0 e 1,5
- c) 1,5 e 1,0
- d) 1,5 e 2,0

35. O índice de liquidez geral da Cia Alpha de acordo com os dados indicados no quadro 1 para os exercícios de 2011 e 2010 respectivamente são:

- a) 2,0 e 1,5
- b) 1,0 e 1,5
- c) 1,5 e 1,0
- d) 1,5 e 2,0

36. O índice de liquidez seca da Cia Alpha de acordo com os dados indicados no quadro 1 para os exercícios de 2010 e 2011 respectivamente são:

- a) 2,0 e 2,0
- b) 1,8 e 1,2
- c) 1,0 e 1,6
- d) 0,6 e 0,8

37. Em relação à evolução horizontal, no Balanço da Cia Alpha de acordo com os dados indicados no quadro 1, podemos afirmar que a evolução dos itens correntes do ativo e do passivo entre os exercícios de 2010 e 2011 respectivamente foram de:

- a) 100% e 100%
- b) 233% e 150%
- c) 10% e 88%
- d) 100% e 50%

38. Em relação à composição do Balanço da Cia Alpha, levando-se em conta a análise vertical e de acordo com os dados indicados no quadro 1, respeitando-se as recomendações do devido arredondamento, podemos afirmar que os recursos financeiros disponíveis na entidade representam nos exercícios de 2010 e 2011, respectivamente:

- a) 23% e 17%
- b) 60% e 33%
- c) 40% e 67%
- d) 53% e 27%

39. Na classificação da Receita Pública estará correto a divisão apresentada em:

- a) Classe da Receita; Espécie; Fonte de Recursos; Detalhamento.
- b) Programa; Ação; Agente Arrecadador; Rubrica e Alínea.
- c) Natureza; Grupo; Subgrupo da Receita; Fonte de Recursos e Alínea.
- d) Categoria Econômica; Origem; Espécie; Rubrica; Alínea; Subalínea.

40. Na classificação da Despesa Pública estará correto a divisão apresentada em:

- a) Classe da Despesa; Grupo; Subgrupo da Despesa; Modalidades e Aplicação.
- b) Programa; Ação; Agente Arrecadador; Rubrica e Alínea.
- c) Categoria Econômica; Grupo; Modalidade; Elemento; Subelemento.
- d) Programação Funcional; Destino; Espécie; Rubrica; Alínea; Subalínea.

41. Constituem as Despesas Correntes, exceto:

- a) Pessoal Civil e Encargos Diversos.
- b) Serviços de Terceiros e Subvenções Sociais.
- c) Material de Consumo e Obras Públicas.
- d) Juros da Dívida Pública.

42. Constituem as Receitas de Capital:

- a) Receita Patrimonial.
- b) Receita Industrial.
- c) Operações de Crédito.
- d) Receita Tributária.

PERÍCIA CONTÁBIL

A NBC TP 01 estabelece regras e procedimentos técnico-científicos a serem observados pelo perito, quando da elaboração de perícia contábil, no âmbito judicial, extrajudicial, inclusive arbitral, mediante o esclarecimento dos aspectos e dos fatos do litígio por meio de exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, avaliação, ou certificação.

43. Sobre o conceito de Perícia Contábil marque a assertiva correta:

- a) A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.
- b) O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil não têm por limite os próprios objetivos da perícia deferida ou contratada.
- c) Somente a perícia contábil extrajudicial é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade.
- d) Entende-se como perícia extrajudicial aquela exercida sob a tutela da justiça. A perícia judicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária.

44. De acordo com a NBC TP 01, os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil, e abrangem, total ou parcialmente, segundo a natureza e a complexidade da matéria, exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Sobre os procedimentos de perícia contábil análise as assertivas abaixo:

I - O exame é a análise de livros, registros das transações e documentos.

II – A investigação é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.

III - A indagação é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.

IV - A investigação, também chamada de indagação, é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.

V - A avaliação é o ato de qualificação e quantificação física de coisas, bens, direitos e obrigações.

VI - A avaliação é o ato de estabelecer o valor de coisas, bens, direitos, obrigações, despesas e receitas.

Agora, marque a alternativa em que todos os itens estejam corretos:

a) V, V, F, V, F, V

b) F, F, V, V, F, F

c) V, F, V, F, F, V

d) V, V, V, F, V, V

45. Sobre a apresentação do laudo e do parecer pericial contábil, indique a assertiva incorreta:

a) No laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem ser registrados de forma circunstanciada, clara e objetiva, sequencial e lógica, o objeto da perícia, os estudos e observações realizadas, as diligências executadas para a busca de elementos de prova necessários, a metodologia e critérios adotados, os resultados devidamente fundamentados e as suas conclusões.

b) Pode o perito utilizar-se dos espaços marginais ou interlineares para lançar quaisquer escritos no laudo pericial contábil e parecer pericial contábil, porém não deverá produzir emendas ou rasuras.

c) O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil deverão ser escritos de forma direta, devendo atender às necessidades dos julgadores e dos interessados e ao objeto da discussão, sempre com conteúdo claro e limitado ao assunto da demanda, de forma que possibilite os julgadores a proferirem justa decisão.

d) O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil devem contemplar o resultado final de todo e qualquer trabalho alcançado por meio de elementos de prova inclusos nos autos ou adquiridos em diligências que o perito-contador tenha efetuado, por intermédio de peças contábeis e quaisquer outros documentos, tipos e formas.

Com base na NBC PP 01, que estabelece procedimentos inerentes à atuação do contador na condição de perito, responda:

46. A NBC PP 01 – Perito Contábil dispõe entre outras coisas sobre, exceto:

a) Responsabilidade.

b) Impedimento e Suspeição.

c) Utilização de trabalho de pessoas não especialistas.

d) Honorários.

47. O perito-contador nomeado ou escolhido deve se declarar impedido quando não puder exercer suas atividades com imparcialidade e sem qualquer interferência de terceiros. São impedimentos legais as seguintes situações, exceto:

- a) for parte do processo.
- b) exercer cargo ou função incompatível com a atividade de perito-contador, em função de impedimentos legais ou estatutários.
- c) tiver atuado como perito contador contratado ou prestado depoimento como testemunha no processo.
- d) ser amigo íntimo de qualquer das partes.

48. Sobre os casos de suspeição e impedimentos, analise as assertivas a seguir:

- (1) ser amigo íntimo de qualquer das partes.
- (2) ser inimigo capital de qualquer das partes.
- (3) tiver cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau, postulando no processo ou entidades da qual esses façam parte de seu quadro societário ou de direção.
- (4) ser devedor ou credor em mora de qualquer das partes, dos seus cônjuges, de parentes destes em linha reta ou em linha colateral até o terceiro grau ou entidades das quais esses façam parte de seu quadro societário ou de direção.
- (5) ser herdeiro presuntivo ou donatário de alguma das partes ou dos seus cônjuges.
- (6) receber dádivas de interessados no processo.

Os casos de suspeição aos quais estão sujeitos o perito-contador são os seguintes:

- a) 1, 2, 4 e 5
- b) Apenas 1 e 2
- c) 1, 2 e 3
- d) 3, 4 e 5

49. Sobre o sigilo a que deve obediência o perito, indique a assertiva incorreta:

- a) O perito, em obediência ao Código de Ética Profissional do Contabilista, deve respeitar e assegurar o sigilo das informações a que teve acesso, proibida a sua divulgação, em qualquer hipótese.
- b) O dever de sigilo subsiste mesmo na hipótese de o profissional se desligar do trabalho antes de tê-lo concluído.
- c) Os empregados designados pelo Conselho Federal de Contabilidade e Conselhos Regionais de Contabilidade, para efetuarem a fiscalização do exercício profissional devem ter competência legal similar à requerida do perito para o trabalho por ele realizado, e assumem compromisso de sigilo profissional semelhante.
- d) O perito, em obediência ao Código de Ética Profissional do Contabilista, deve respeitar e assegurar o sigilo das informações a que teve acesso, proibida a sua divulgação, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

50. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil somente serão elaborados por:

- a) Contador que esteja devidamente registrado e habilitado em Conselho Regional de Contabilidade.
- b) Perito Contador, que esteja habilitado perante o Conselho de Peritos da região.
- c) Auditores, peritos e contadores que estejam legalmente habilitados no CRC da localidade.
- d) Contador que esteja cadastrado junto à circunscrição judicial da localidade do ato ou fato a ser periciado.

RASCUNHOS E CÁLCULOS

Utilize este espaço para realizar rascunhos e cálculos.

RASCUNHOS E CÁLCULOS

Utilize este espaço para realizar rascunhos e cálculos.